



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

### PRIMEIRA CÂMARA – SESSÃO DE 27/09/2016 – ITEM 59

**TC-000487/026/14**

**Prefeitura Municipal:** Orindiúva.

**Exercício:** 2014.

**Prefeito:** Maurício Bronca.

**Acompanha:** TC-000487/126/14.

**Procurador de Contas:** Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

**Fiscalizada por:** UR-8 - DSF-II.

**Fiscalização atual:** UR-8 - DSF-II.

### RELATÓRIO

Cuidam os autos do exame das contas da **Prefeitura Municipal de Orindiúva** relativas ao **exercício de 2014**.

A Unidade Regional de São José do Rio Preto – UR-8, responsável pelo exame *in loco*, elaborou o relatório de fls. 14/45 apontando o que segue:

**PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS** – apresentação, na LDO, de indicadores e metas físicas dos programas e ações de governo em forma percentual, prejudicando avaliação dos resultados; falhas na programação inicial dos planos de governo, dado ao excesso de alterações no orçamento mediante créditos adicionais.

**CONTROLE INTERNO** – instituição do Sistema por meio de decreto ao invés de lei; as servidoras efetivas designadas como responsáveis pelo controle interno não foram afastadas de suas funções originais,



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

acumulando as atribuições em afronta ao princípio da segregação de funções, o qual prescreve a separação entre a execução e o controle para imparcialidade dos atos; verificação de ineficácia quanto à sua missão fiscalizadora das ações públicas, por não apontar falhas ou observações nos relatórios produzidos, a fim de promover a adequada avaliação do cumprimento das metas orçamentárias, a averiguação da legalidade dos atos de gestão e a comprovação da sua eficiência, eficácia e efetividade.

**RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA** – apresentação de déficit de 0,49% (R\$ 137.115,02), amparado por superávit do exercício anterior; falhas de planejamento ao alterar o orçamento em 47,85% do inicialmente previsto; afronta aos princípios constitucionais orçamentários, dada a promoção da abertura de créditos adicionais sem a edição de leis específicas e em situações que não se enquadram nas autorizações da LOA.

**DÍVIDA DE LONGO PRAZO** – aumento de 61,06% em relação ao exercício anterior, decorrente de parcelamento de dívidas junto ao INSS.

**DÍVIDA ATIVA** – aumento de 80,37% em relação ao exercício de 2013; divergência entre os valores informados pelo Setor de Arrecadação e Dívida Ativa e os levados ao Balanço; ausência de



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

registros na contabilidade dos juros e multa incidentes sobre o estoque da Dívida Ativa.

**DESPESA DE PESSOAL** – superação do teto legal da despesa laboral do último quadrimestre de 2014, sem que houvesse recuo no 1º Quadrimestre de 2015, nos termos da LRF; concessão de aumento na remuneração dos servidores e realização de admissão de pessoal, sendo que a despesa com a folha estava acima do limite prudencial, violando as disposições do artigo 22, parágrafo único, incisos I a IV, da LRF.

**ENSINO** – aplicação de 28,24% (após ajustes da Fiscalização); utilização total do FUNDEB, sendo que 86,73% foram destinados para a valorização do Magistério; o montante aplicado com recursos do FUNDEB superou as receitas recebidas, demonstrando a existência de falhas no seu controle e na execução das despesas; erro no reconhecimento contábil das receitas do FUNDEB.

**AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO (ENSINO)** – recursos originários de transferências estaduais computados equivocadamente em despesas com Recursos Próprios; pagamento de despesas com recursos próprios não amparadas pela LDB; gastos suportados com Recursos Próprios alocados indevidamente no FUNDEB.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

**DEMAIS ASPECTOS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO** – não foi atingida a meta prevista para o IDEB no Ensino Fundamental; atendimento de somente 50% da demanda de vagas destinadas às creches.

**SAÚDE** – aplicação de 31,68%; falta de efetivo controle na movimentação dos recursos vinculados à Saúde.

**GASTO COM COMBUSTÍVEL** – incompatível com as características do Município, porquanto as despesas por veículo (R\$ 21.946,32) excederam a média estadual (R\$ 11.297,74) em 94,25%.

**DESPESAS COM HISTÓRICOS QUE NÃO SE REVESTEM DE TRANSPARÊNCIA** – parte dos empenhos apresentava históricos vagos/genéricos, comprometendo a transparência das informações levadas a público, embora houvesse determinação desta Corte para que tal prática fosse abolida.

**CESSÃO DE RECURSOS PÚBLICOS SEM CRITÉRIOS OBJETIVOS** – entrega de numerário público a associação privada, cuja previsão legal não definiu os critérios da sua utilização; cobrança de camarote e bilheteria na 37ª Festa do Peão de Boiadeiro de Orindiúva, em dissonância com a lei municipal que previa livre acesso ao público; prestação de contas indicando o uso em despesas sem conexão com o objetivo da entrega de numerário, contrariando os preceitos da LRF



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

e violando aos princípios basilares da Administração Pública; ausência de devolução de saldo remanescente ao Município.

**TESOURARIA, ALMOXARIFADO E BENS PATRIMONIAIS** – não foi realizado o levantamento geral dos bens móveis e imóveis (artigo 96 da Lei Federal nº 4.320/64)

**LICITAÇÕES, INEXIGIBILIDADES E DISPENSAS (FALHAS DE INSTRUÇÃO)** – execução de gastos sem a realização do devido procedimento licitatório; ausência de detalhamento do objeto licitado; descumprimento das condições do edital.

**CONTRATOS EXAMINADOS IN LOCO** – contratação de empresa de assessoria em regime próprio de previdência social para prestação de serviços que deveria ser executada por pessoal interno, segundo a Lei Municipal nº 1.152/2012, que reestruturou o Fundo de Seguridade Municipal de Orindiúva.

**COLETA E DISPOSIÇÃO FINAL DE REJEITOS E RESÍDUOS SÓLIDOS** – não realização de tratamento dos resíduos antes de aterrar o lixo.

**CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS** – falta de divulgação, na página eletrônica do Município, das peças de planejamento (PPA, LDO e LOA), dos Balanços, do Parecer Prévio do Tribunal de Contas, do RGF e do RREO.



## **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

**QUADRO DE PESSOAL** – existência de cargos em comissão cuja criação e atribuições não constam em leis, impossibilitando verificar se possuem características de direção, chefia e/ou assessoramento, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal.

**ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL** – desatendimento das Instruções Consolidadas e descumprimento de recomendações e determinações emanadas por esta Corte.

**TC-487/126/14** – trata do acompanhamento da gestão fiscal.

Após regular notificação dos interessados, houve apresentação de defesa às fls. 52/86, acompanhada dos documentos de fls. 87/102.

Analisando o aspecto econômico-financeiro, a Assessoria Técnica não encontrou óbices a serem apontados, tendo em vista o resultado deficitário da execução orçamentária encontrar-se totalmente amparado pelo superávit financeiro do exercício anterior e a verificação de resultados positivos na movimentação financeira e no saldo patrimonial.

A sua Congênere, em relação à Despesa de Pessoal, ratificou o índice de gastos na proporção de 56,69% da RCL, conforme apurado pela Fiscalização e, quanto à necessária



## **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

recondução, observou que houve a redução de ao menos 1/3 da porcentagem excedente no 2º Quadrimestre/2015, guardando conformidade com o estabelecido nos artigos 23 e 66 da LRF. Salaria que o prazo final para recondução da despesa seria Abril/2016; todavia, na data da elaboração de sua manifestação (29/10/2015), a Prefeitura ainda mantinha os gastos acima do teto laboral.

Sob o enfoque jurídico, a Assessoria Técnica manifestou-se pela emissão de parecer desfavorável em razão das despesas de pessoal ter ultrapassado o limite de 54%, sem que houvesse a recondução dos gastos, nos termos estabelecidos nos artigos 23 ou 66, ambos da LRF.

A Chefia de ATJ opinou pela emissão de parecer desfavorável, em face do descumprimento do limite estabelecido pelo artigo 20, inciso III, alínea "b", da LRF.

O d. MPC ultrapassou questão de ordem processual por ele mesmo levantada e, quanto ao mérito, manifestou-se pela emissão de parecer favorável, por constatar a recondução das despesas com pessoal para índice abaixo do limite de 54% da RCL, dentro do prazo concedido pela LRF (abril/2016)

É o relatório.

ATT



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

### VOTO

As contas da **Prefeitura Municipal de Orindiúva**, relativas ao **exercício de 2014**, apresentaram os seguintes resultados:

ITENS	RESULTADOS
Ensino	28,24%
FUNDEB	100%
Magistério	86,73%
Pessoal	56,69% - reconduzida
Saúde	31,68%
Transferências ao Legislativo	3,46%
Execução Orçamentária	Déficit 0,49% = R\$ 137.115,02
Resultado Financeiro	Superávit R\$ 1.312.068,46
Remuneração dos Agentes Políticos	Regular
Ordem Cronológica de Pagamentos	Regular
Precatórios	Regular
Encargos Sociais	Regular

A Prefeitura de Orindiúva observou aspectos relevantes no exame das contas, tendo em vista o cumprimento dos mandamentos constitucionais relativos às despesas com Ensino, Saúde, Transferência de Recursos à Câmara Municipal e Pagamento de Precatórios e Requisitórios de Baixa Monta.

As prescrições legais inerentes à utilização dos recursos do FUNDEB e valorização do magistério foram igualmente cumpridas.





## **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

Os pagamentos dos subsídios do Prefeito e do Vice-Prefeito foram efetuados de acordo com os critérios definidos em lei municipal e com obediência aos limites constitucionais.

Os encargos sociais foram regularmente recolhidos no exercício de 2014.

Nos aspectos contábeis, acolho entendimento da Assessoria Técnica de que as contas da Prefeitura não apresentaram desequilíbrio, tendo em vista que: o déficit orçamentário foi totalmente coberto pelo superávit financeiro verificado no exercício anterior; o resultado financeiro e o saldo patrimonial mostraram-se positivos; e o Órgão apresentou liquidez face aos compromissos de curto prazo<sup>1</sup>. Cabem, porém, recomendações à Origem para que a porcentagem de alterações orçamentárias fique próxima da inflação prevista para o período.

Quanto às Despesas com Pessoal, a Prefeitura efetivamente extrapolou o limite estabelecido no artigo 20, inciso III, alínea "b", da LRF, porquanto o índice destes gastos foi equivalente a 56,69% da Receita Corrente Líquida (RCL) do exercício.

---

<sup>1</sup> Índice de Liquidez Imediata = 2,10.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

Todavia, a irregularidade pode ser relevada tendo em vista que a Prefeitura atendeu às disposições dos artigos 23 e 66<sup>2</sup> da LRF, reconduzindo as despesas com pessoal para percentual abaixo do teto de 54% da RCL ao final do 1º Quadrimestre/2016.

No tocante aos demais apontamentos constantes da conclusão do Relatório da Fiscalização, a defesa apresentou explicações informando a adoção de medidas para a correção das impropriedades apontadas em alguns itens, as quais deverão ser verificadas na próxima inspeção *in loco*.

Em face de todo o exposto e acolhendo as manifestações de ATJ (Econômica) e do d. MPC, **voto pela emissão de parecer favorável às contas da Prefeitura Municipal de Orindiúva, relativas ao exercício de 2014**, excetuados os atos pendentes de julgamento pelo Tribunal.

Recomende-se à Prefeitura Municipal que: estabeleça indicadores adequados para avaliar e mensurar a eficácia e efetividade dos resultados dos programas e das ações governamentais; regulamente o sistema de controle interno por meio de lei e nomeie responsável ocupante de cargo efetivo, nos termos do Comunicado SDG nº 32/2012; aprimore o Planejamento das Peças

---

<sup>2</sup> O PIB foi de 0,1% no período correspondente aos quatro últimos trimestres (segundo dados do IBGE).



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

Orçamentárias, evitando-se alterações desmedidas; envide esforços para assegurar o equilíbrio das contas públicas; observe a disposição do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, quando da abertura de créditos adicionais; regularize as falhas verificadas no item "Dívida Ativa"; observe, com maior rigor, as vedações constantes no artigo 22, parágrafo único, incisos I e IV, da LRF, quando ultrapassado o limite prudencial nas despesas de pessoal; efetue maior controle das receitas e despesas do FUNDEB; adote medidas para alcançar as metas projetadas no IDEB e para atender a demanda de vagas destinadas às creches; providencie o efetivo controle na movimentação dos recursos vinculados à Saúde; realize gastos com combustível de forma comedida e controlada; realize as despesas com respeito ao princípio da transparência; corrija as falhas apontadas nos itens "Cessão de Recursos Públicos Sem Critérios Objetivos", "Falhas de Instrução" e "Contratos Examinados *In Loco*" de modo a evitar a reincidência; faça o levantamento geral dos bens móveis e imóveis; realize o tratamento dos resíduos sólidos antes de seu aterramento; divulgue em sua página eletrônica as peças de planejamento, os balanços e o parecer prévio desta Corte; regularize as irregularidades apontadas no item "Quadro de Pessoal"; e, por fim,



## **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

atenda às Instruções Consolidadas e às recomendações deste Tribunal.

**RENATO MARTINS COSTA**  
**CONSELHEIRO**